



## Reação

por Bruno Fonseca<sup>1</sup> e António Melim<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Estudante de Doutoramento em História  
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho  
bruno.lc.fonseca@gmail.com

<sup>2</sup> Estudante de Mestrado em Geografia  
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho  
antoniodmelim98@hotmail.com

Para se entender a Geografia Política e a Cartografia Histórica de África é necessário traçar a evolução da sua cartografia (ou da sua representação cartográfica, de acordo com o ponto de vista europeu) e o do estabelecimento das fronteiras coloniais. A Cartografia, segundo a International Cartographic Association numa definição de 2003, salienta que ciência cartográfica é uma capacidade humana e tecnológica, que permite criar e manipular de uma forma visual e virtual o espaço geográfico (construindo mapas), permitindo uma série de valências entre as quais se incluem a exploração, análise, e compreensão, assim como, a comunicação de uma forma racional de informação presente nesse mesmo espaço (Fernandes, 2008), e essa arte, podemos dizer, recebeu um grande impulso na Grécia antiga devido às viagens dos seus exploradores, como, por exemplo, Heródoto, o “pai” da História, bem como ao contributo dos seus matemáticos, que desenvolveram o conhecimento sobre as formas geométricas da Terra.

Na Europa cristã, durante a Idade Média, a explicação do mundo passou a ser dada pela Igreja, baseada na Bíblia. Os mapas do mundo, denominados de *Orbis Terrarum*, apresentavam-no dividido em três continentes, África (antiga província romana), Europa e Ásia, estando a Europa separada da Ásia pelo Nilo e o Tânis. Este tipo de representação tem origem na descrição do mundo a partir da obra de Isidoro de Sevilha, intitulada *Etymologia*. Nesta obra, Isidoro de Sevilha, preconizava que a terra estaria disposta numa forma semelhante às letras T e O. Nessa configuração, o “T” seria formado pelos corredores de águas internas: à esquerda o rio Don, à direita o rio Nilo e na vertical o mar Mediterrâneo; circundadas pelo grande “O” representando o Oceano (Rabelo, 2015). Os mapas T e

O eram interpretados à luz da teologia cristã. Os três continentes teriam sido herdados, após o dilúvio universal, pelos filhos de Noé com o “T” representando a cruz do Cristo crucificado, estando no centro do mapa a cidade santa de Jerusalém (Rabelo, 2015).

O império árabe, que sucedeu a Roma no domínio sobre o Mediterrâneo central e ocidental, preservou o ponto de vista de geógrafos gregos, como, por exemplo, Ptolomeu (geógrafo grego do século II), e adotou os paradigmas da geografia greco-romana, desenvolvendo-os. Os árabes foram, ainda, impulsionadores da astronomia e de técnicas de navegação. Porém, os mapas que os geógrafos europeus e árabes produziam, tinham utilidade reduzida para os navegadores. Para colmatar esse problema, na segunda metade do século XIII surgiram os portulanos, feitos em pergaminho, que tinham como objetivo melhorar as condições de navegabilidade no mar mediterrâneo (Canas, 2002). Para auxiliar no processo de navegação, os portulanos possuíam uma rosa-dos-ventos, o que se revelava útil pois o Mediterrâneo possuía poucas correntes marítimas. Estas cartas eram extremamente detalhadas no litoral, mas vazias no interior, devido às constantes viagens de exploração ao longo da costa.

Entre os séculos XV e XVI, com os Descobrimientos portugueses, e as explorações que estes últimos fizeram no litoral, assim como a invenção da imprensa e a redescoberta de autores gregos, a ciência cartográfica dá um novo salto. A imprensa, invenção atribuída a Johannes Gutenberg, inventor e especialista em metal alemão no século XV, foi importante porque permitiu a redescoberta, tradução e divulgação de obras de geógrafos gregos da Antiguidade, como, por exemplo, Cláudio Ptolomeu (cerca de 83-161 d.C.), que redigiu a obra *Geografia*, que continha uma súpula de todo o conhecimento geográfico greco-romano, incluindo coordenadas geográficas dos locais mais importantes do mundo conhecido. Com a progressiva descoberta do litoral africano, a obra de Ptolomeu é atualizada graças aos novos conhecimentos trazidos pelas viagens dos navegadores portugueses. Um exemplo disso é um mapa de Pedro Reinel, datado de 1492-1501. Neste mapa já figuravam dados da costa africana, obtidos logo após as viagens de Diogo Cão em 1483.

Com o alvorecer do século XIX, efetuam-se as primeiras expedições ao interior de África, com o objetivo de reconhecer o interior do território. A partir da segunda metade deste século, as intenções dos exploradores serão de dominar política e economicamente o território africano,

e para isso terão de cartografar o território que ocupam com maior rigor. Um exemplo disso são os mapas da ilha do Príncipe e da Guiné efetuados pelos geógrafos portugueses no século XIX. Outro conceito importante para se entender a geografia africana é a questão das fronteiras. Fronteira é um conceito polissémico, tendo como significado principal o limite entre dois países e podendo, segundo a autora, ter outros significados nos quais se incluem o simbólico, figurado e linguístico (Ferrari, 2014).

Para que a fronteira seja definida entre dois países, são necessárias duas fases muito importantes e fundamentais: a demarcação e a delimitação. A delimitação consiste na descrição literal e cartográfica da linha de fronteira, e a demarcação consiste na sua marcação no terreno através de marcos ou outros dispositivos que permitam traçar a fronteira. Os limites das fronteiras podem ser físicos ou naturais, podendo ser rios e montanhas que, muitas vezes, são fracas barreiras para impedir a interação entre povos. As fronteiras podem assumir várias tipologias: desde a forma como estão implantadas no terreno, passando pelo seu caráter legal, político e diplomático, bem como pelas suas características simbólicas e culturais. O conceito de fronteira também pode ser concebido como espaço de construção social, sendo que a determinação dos limites fronteiriços de um território e a sua consequente proteção são de domínio da alta política e alta diplomacia; já as fronteiras pertencem ao domínio dos povos (Ferrari, 2014). Os geógrafos salientam que o conceito de fronteira está longe de ser um simples fenómeno geográfico, podendo também ser considerado um fenómeno social e cultural, tendo sempre em consideração, as relações existentes dentro da zona fronteiriça (Ferrari, 2014).

Para finalizar esta breve viagem pelo conceito de fronteira, importa referir que ele obedece a um contexto histórico e político que tem como fatores condicionantes a criação política dos Estados Modernos e dos Estados-Nação (século XIX), a formação dos nacionalismos e a revolução industrial entre outros fatores. Importa ainda deixar algumas ideias sobre a evolução das fronteiras africanas.

O interior de África foi um território desconhecido para os europeus durante séculos, e só no século XIX, com as viagens de exploradores, naturalistas, militares, missionários e comerciantes começou a ser desbravado tendo, numa primeira fase (1850-1886), consistido na aquisição e conquista de territórios coloniais, com limites fronteiriços imprecisos. Um exemplo disso é a ocupação da África do Sul na década de 70 do

século XIX, pelo império britânico (James, 2018). As campanhas francesas das décadas de 50 e 60 do século XIX ao longo do rio Senegal também se enquadram nesta primeira fase de conquista e aquisição de territórios (Kerr, 2013).

A segunda fase da ocupação de África (1886-1890) tem como pano de fundo a Conferência de Berlim (1884-1885), e consiste na delimitação de esferas de influência ao nível territorial entre as potências europeias, através da delimitação e posterior demarcação de territórios efetuadas através de comissões mistas compostas por elementos das potências que estão a discutir os seus limites. Existem diferenças entre o traçado desenhado no mapa delineado pelas comissões mistas e aquele que seria implementado no terreno pelos elementos responsáveis pela demarcação de terrenos. Após este processo procedia-se ao processo de retificação de fronteiras através de um tratado. Quando não havia acordo territorial entre as potências coloniais, poderia existir uma guerra ou ameaça dela, caso do Ultimatum feito pela Grã-Bretanha a Portugal, em 1890, devido à questão do Mapa Cor-de-Rosa. Em alternativa, as potências coloniais em conflito poderiam recorrer a um árbitro escolhido por elas próprias, que deveria decidir sobre o território em litígio. Um exemplo de arbitragem é a questão da ilha de Bolama, na Guiné, em que o Presidente americano, Ulisses Sam Grant, foi nomeado árbitro pelas potências em litígio, isto é, Grã-Bretanha e Portugal, para decidir sobre a soberania da ilha. Em 1870, Grant decidiu que esta deveria ficar sob domínio português e não britânico.

Na terceira fase de ocupação de África (1900-1930), procede-se à demarcação de fronteiras, através de missões cartográficas, geodésicas e geográficas, com vista ao reconhecimento do território. A partir da década de 1950, iniciam-se os movimentos de descolonização e, inicialmente, julgou-se que as fronteiras africanas colapsariam, visto que haviam sido estabelecidas, na grande maioria dos casos, sem terem em conta os interesses das populações. Porém, tal não aconteceu, pois em 1964, no Cairo, durante a Conferência da Organização para a Unidade Africana (OUA), foi estabelecida uma resolução sobre a não alteração das fronteiras coloniais dos Estados africanos. Assim, a divisão que foi estabelecida pelas potências coloniais em África teve consequências ao nível do tamanho, forma e posição dos países. Adicionalmente, as divisões étnicas e culturais, ou a rede de transportes também refletem esta ordem colonial – o que fomentou fenómenos de separatismo e de disputas territoriais. Um caso

recente e abordado na sessão, que demonstra que o continente africano foi delimitado de forma quase aleatória, é o caso do Sudão.

A população foi chamada às urnas para decidir, em referendo, a separação da região na porção meridional do país, tendo uma aprovação de 99% dos eleitores. Como consequência, surgiu então um novo país, o Sudão do Sul. Para mitigar os conflitos fronteiriços ou mesmo evitá-los a UA (União Africana), preconiza a manutenção de fronteiras estáveis e aceites por todos os países africanos.

Fica patente que as questões fronteiriças no continente africano prolongam no tempo o atraso socioeconómico nestes países. As populações, que nada têm a ver com estes problemas são as que mais perdem com este tipo de conflitos, pois não têm voz ao longo de todo o processo e, ao mesmo tempo, perdem-se recursos financeiros que poderiam ser gastos em benefício da população. Para se entender esta construção europeia, dois conceitos tiveram de ser abordados de antemão, a cartografia, onde se traçou uma breve resenha histórica para entender a sua evolução de uma forma sintética, e a questão das fronteiras onde se procurou perceber o fenómeno nas suas múltiplas aceções.

## Bibliografia

- CANAS, A.C. (2002). *Cartografia náutica medieval*. Retirado de <http://cvc.instituto-camoes.pt/navegapor/a38.html>.
- FERNANDES, M.G. (2008). *Cartografia: programa, conteúdos e métodos de ensino*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FERRARI, M. (2014). Noções de fronteira em Geografia, *Revista Perspetiva Geográfica*, 10, 1-25.
- JAMES, L. (2018). *Impérios ao sol: a luta pelo domínio de África*. Porto Salvo: Desassossego.
- KERR, G. (2013). *Uma breve história de África*. Lisboa: Bertrand.
- RABELO, L. M. (2015). Os mapas na Idade Média: representações das concepções religiosas e das influências da Antiguidade Clássica, *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, 1, 181-163.